



## A OCUPAÇÃO NAS TERRAS INDÍGENAS DA MESORREGIÃO SUL BAIANO

### OCCUPATION IN THE INDIGENOUS LAND OF THE SOUTH BAIANO MESOREGION

Alex Mota dos Santos<sup>1</sup>  
Suellem Farias Soares Martins<sup>2</sup>  
Maria Lucia Cereda Gomide<sup>3</sup>

**RESUMO:** A intensificação e a diversificação dos usos das terras na região sul do estado da Bahia têm gerado impactos negativos sobre a vida, a cultura e o ambiente de diversos povos indígenas. As transformações na paisagem expuseram os povos indígenas que foram subjugados. Diante desse cenário, por meio de dados oriundos do processamento de imagens de sensoriamento remoto disponibilizados pelo Projeto MapBiomas, propomos analisar a ocupação nas terras indígenas localizadas na Mesorregião Sul Bahia, nos últimos 30 anos. Os resultados revelaram aumento mais acentuado da mineração em intervalos de tempo em que se destaca os anos de 1998 a 2003; 2003 a 2011; 2011 a 2019, com recuo para o ano de 2020. Além disso, as pastagens ocupam a maior área das classes de ocupação na Mesorregião Sul Baiano. Observa-se o predomínio da desconexão geográfica entre terras indígenas com as unidades de conservação, o que isola essas áreas na paisagem. Assim, a mudança no uso e cobertura das terras acentua conflitos no campo, o resultado revela intensos conflitos e perdas de vidas.

**Palavras-chave:** Cobertura e uso da terra; Mapeamento; MapBiomas; Povos indígenas; Bahia.

**Abstract:** The intensification and diversification of land use in the southern portion of the state of Bahia have negatively impacted the lives, culture, and environment of various Indigenous ethnic groups. The transformations in the landscape have exposed Indigenous peoples who were subjugated. In this context, using data derived from the processing of remote sensing images made available by the MapBiomas Project, we propose to analyze the occupation of Indigenous lands located in the Southern Bahia Mesoregion over the past 30 years. The results revealed a more pronounced increase in mining during specific time intervals, notably from 1998 to 2003, 2003 to 2011, and 2011 to 2019, with a decline in 2020. Additionally, pastures occupy the largest area among the land-use classes in the Southern Bahia Mesoregion. A predominant geographical disconnection between Indigenous lands and conservation units is observed, isolating these areas within the landscape. Thus, changes in land use and cover exacerbate rural conflicts, with the results revealing intense disputes and loss of lives.

**Keywords:** Land cover and land use; Mapping; MapBiomas; Indigenous peoples; State of Bahia.

<sup>1</sup> Docente do Centro de Formação em Ciências Agroflorestais pela Universidade Federal do Sul da Bahia, Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná; [alexmota@ufsb.edu.br](mailto:alexmota@ufsb.edu.br).

<sup>2</sup> Docente da Faculdade de Engenharia Civil da Universidade Federal de Uberlândia, Doutora em Biossistemas pela Universidade Federal do Sul da Bahia - [suellemfarias@gfe.ufsb.edu.br](mailto:suellemfarias@gfe.ufsb.edu.br)

<sup>3</sup> Docente da Universidade Federal de Rondônia- UNIR, Departamento de Educação Intercultural. Pós-doutorado, no programa de Pós- graduação de Geografia Física da FFLCH/ Universidade de São Paulo.; [malugomide@yahoo.com.br](mailto:malugomide@yahoo.com.br)

### Introdução

A intensificação e a diversificação dos usos das terras na região sul do estado da Bahia têm gerado impactos negativos sobre a vida, a cultura e o ambiente de diversos povos indígenas. Observou-se uma cisão dentro da porção sul da Bahia, que resultou em uma autonomia que aproximou essa parte do estado da dinâmica econômica e social do Sudeste do Brasil (CERQUEIRA NETO, 2013).

Nesse contexto, diversificaram-se os usos das terras, com destaque para a agricultura, pecuária, expansão urbana e turismo. Esse cenário, conforme Cerqueira Neto (2009), revelou-se fértil para a instalação e investimentos de empresas de diversos segmentos, desde o turismo até multinacionais ligadas à transformação da celulose. As empresas de celulose, em particular, encontraram na porção sul da Bahia condições naturais favoráveis ao desenvolvimento de suas atividades (CERQUEIRA NETO, 2012).

Ainda segundo Cerqueira Neto (2012), a silvicultura influenciou transformações significativas no meio rural, mas seus efeitos também foram sentidos no meio urbano, onde muitas cidades tiveram suas estruturas modificadas. Além disso, a implantação dessa atividade econômica intensificou diversos conflitos por terra e território no extremo sul da Bahia (MALINA, 2013). Para Barbosa et al. (2019), a região tornou-se palco de conflitos e disputas territoriais entre as empresas do setor de celulose e as comunidades quilombolas e indígenas que habitam e trabalham nessas áreas.

Esses conflitos são constantemente relatados pelas comunidades indígenas. Segundo Dourado e Miotto (2023), fazendeiros e empresários do setor turístico negociam e financiam atividades em áreas indígenas na Bahia, aumentando a pressão e a devastação de territórios já reconhecidos oficialmente como tradicionalmente ocupados por esses povos.

O turismo, particularmente ao longo da faixa litorânea, também tem contribuído para a reconfiguração espacial da porção sul da Bahia, incentivado pelo Programa de Ação e Desenvolvimento do Turismo da Bahia (OLIVEIRA, 2022). Esse processo de territorialização capitalista revela conflitos socioambientais que se intensificaram nas últimas décadas, com desdobramentos motivados pela especulação turística e imobiliária (MALTA, 2020). Para Vieira, Benevides e Sá (2021), embora o turismo traga benefícios como incremento de renda e valorização cultural, também gera impactos negativos, como especulação imobiliária e o abandono de atividades tradicionais.

Todo esse processo de expropriação observado no estado da Bahia insere-se em um contexto nacional que reflete um movimento de territorialização do Estado capitalista e desterritorialização do Estado público (SANTOS, 2014). Isso ocorre por meio da privatização

da gestão territorial, que desmonta a regulação histórica do espaço antes associada à ação pública do Estado (MOREIRA, 2005). Desse modo, institui-se uma nova forma de gestão caracterizada pela "combinação privado-pública e setorial-global", onde a face privada e setorial se expressa na intervenção simbiótica entre empresas e agências reguladoras, enquanto a face pública e global emerge na atuação paralela do Estado e dessas mesmas agências (MOREIRA, 2005, p. 24).

Essa dinâmica culmina no que Morais et al. (2023) denominam como a negação dos povos indígenas no processo de formação histórico-geográfica do Brasil, um fenômeno com raízes no período colonial que se intensifica sob a lógica de uso do espaço orientada pela racionalidade técnico-instrumental capitalista. Tal processo relaciona-se ao agir técnico e à mecanização produtiva, bases do industrialismo de sua época (PARANÁ, 2017). Nesse cenário, os povos indígenas foram sistematicamente excluídos e invisibilizados nos processos históricos, sociais e políticos que moldaram a porção sul da Bahia e o Brasil como um todo.

A partir dessa problemática, e com o suporte de técnicas e tecnologias avançadas, já é possível realizar análises multitemporais para mapear a ocupação humana em Terras Indígenas em diversas partes do Brasil (SANTOS, 2016; SANTOS, 2017; FERREIRA e SILVA, 2023). Essas análises são viabilizadas por meio do processamento digital de imagens de sensoriamento remoto.

Contudo, observa-se que as pesquisas relacionadas ao uso de imagens de sensoriamento remoto para análise da ocupação em Terras Indígenas são limitadas na porção sul da Bahia, especialmente no recorte dessas áreas específicas. Não foram identificados estudos que avaliassem como as ocupações indígena e não indígena evoluíram ao longo dos anos nessas áreas. Em outras regiões do Brasil, tais análises têm sido amplamente realizadas (KAWAKUBO et al., 2004; SANTOS e GOMIDE, 2015; ERTHAL et al., 2018; SANTOS et al., 2018; ALVES et al., 2022).

Diante dos inúmeros conflitos e da degradação da Mata Atlântica, torna-se necessária uma análise multitemporal da ocupação em Terras Indígenas no estado da Bahia. Este trabalho propõe investigar a ocupação nessas áreas na Mesorregião Sul da Bahia. Para isso, serão utilizados produtos oriundos do processamento orbital de sensoriamento remoto, como o mapeamento anual de cobertura e uso do solo, monitoramento de superfície de água e cicatrizes de fogo, disponibilizados desde 1985 pelo Projeto MapBiomas. Essas ferramentas permitem realizar uma análise geográfica da evolução da ocupação nas Terras Indígenas da Mesorregião Sul da Bahia, evidenciando a importância de estudos nessa área para subsidiar estratégias de preservação e resolução de conflitos.

## A ocupação na Mata Atlântica

A Mata Atlântica foi transformada em paisagens fortemente antropizadas (RIBEIRO et al., 2009; TABARELLI et al., 2012 *apud* PINTO e HIROTA, 2022). Assim, a devastação da Mata Atlântica é um reflexo da ocupação territorial e da exploração desordenada dos recursos naturais a partir da zona costeira, desde o período colonial CABRAL e BUSTAMANTE, 2016 *apud* PINTO e HIROTA, 2022).

Devido a intensa redução e fragmentação florestal, e ainda pela sua grande importância em termos de biodiversidade e endemismos, a Mata Atlântica foi considerada um dos cinco hotspots prioritários para proteção.(op. cit)

Uma das regiões mais espetaculares desse intrincado mosaico de florestas e zona costeira-marinha está no sul da Bahia, na área de influência do Sítio do Patrimônio Natural Mundial da Costa do Descobrimento: Reservas da Mata Atlântica. O Sítio da Costa do Descobrimento envolve oito unidades de conservação (UC), públicas e privadas que somam 112 mil hectares de Mata Atlântica e ecossistemas associados. Um dos mais importantes mosaicos de UC desse Sítio compreende três parques nacionais (PARNAs) – PARNA do Descobrimento, PARNA e Histórico do Monte Pascoal e PARNA Pau-Brasil. Juntos, esses parques mantêm cerca de 50.000 hectares (ha) de floresta de tabuleiro, uma tipologia da Mata Atlântica de elevada biodiversidade e endemismos (PINTO e HIROTA, 2022, p. 58 e 59).

Apesar disso, segundo dados sobre a diversidade de plantas da Mata Atlântica, está representada cerca de 4% da flora mundial, com mais de 15000 espécies. (BFG, 2015 *apud* PINTO e HIROTA, 2022, p. 82).

As samambaias e licófitas estão entre os grupos vegetais que mais se destacam na composição florística, por exemplo, das florestas úmidas do sul da Bahia, como na Serra das Lontras, desempenhando um papel fundamental no ecossistema, especialmente no que se refere à manutenção da umidade e à ciclagem dos nutrientes. A exemplo do que ocorre com as angiospermas, as montanhas do sul da Bahia parecem constituir o limite norte de distribuição para muitas samambaias e licófitas endêmicas da Mata Atlântica brasileira (AMORIM et al., 2009 *apud* PINTO e HIROTA, 2022, p. 82).

Os autores destacam ainda como significativo que

Um dos maiores recordes mundiais de diversidade para plantas lenhosas foi registrado no Parque Estadual da Serra do Conduru, entre os municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca, na Mata Atlântica do sul da Bahia, onde já foram registradas 144 espécies arbóreas em apenas 0,1 hectare de floresta (MARTINI et al., 2007 *apud* PINTO e HIROTA, 2022, p. 84 e 85).

Apesar de toda esta riqueza, os desmatamentos ainda são constantes em toda a área de ocorrência do bioma, a seguir registros do monitoramento dos desmatamentos. De acordo com a ong SOS Mata Atlântica, em um dos seus trabalhos fundamentais que monitora a vegetação

desse bioma, o *Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica*, em colaboração entre a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em sua recente edição a n.18, de maio de 2023, identificou a perda de 20.075 hectares de matas nativas entre os anos de 2021 e 2022.

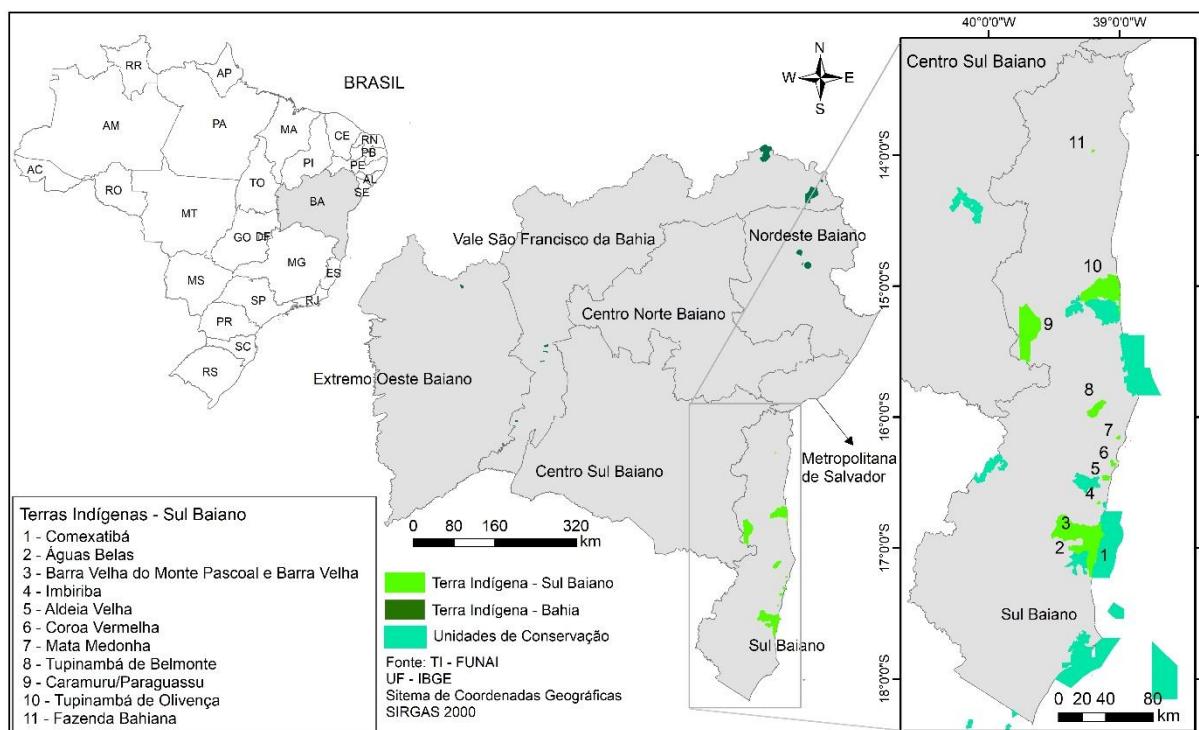
Segundo Guimarães et al., (2023), a Mata Atlântica é um dos biomas mais biodiversos e ameaçados do mundo. Mesmo com tamanha importância, a Mata atlântica foi a região mais desmatada do Brasil desde sua colonização europeia. Apesar disso, ainda segundo os autores o número de bovinos foi a covariável que apresentou a maior correlação com o desmatamento na Mata Atlântica. Por outro lado, valores mais baixos de desmatamento foram observados no sul da Bahia, associados ao desenvolvimento de sistemas agroflorestais praticados nesta região do estado (GUIMARÃES et al., 2023).

## MATERIAS E MÉTODOS

### Área de estudo

A área de estudo compõe-se das 12 Terras Indígenas (TIs) localizadas na Mesorregião Sul Baiano, no estado da Bahia (Figura 1). Segundo Silva (2022, p. 5), a porção sul da Bahia compreende uma região de extremo conflito de terras envolvendo diversos setores da sociedade regional e os povos indígenas habitantes dessa região.

**Figura 1.** Localização da área de estudo – Terras Indígenas da Mesorregião Sul Baiano



Fonte : Elaborado pelos autores.

Toda as áreas das TIs estão inseridas no Bioma Mata Atlântica que foram alteradas, segundo Figueiredo et al., (2021) em função do clima, pelo nível relativo do mar e pelas forças antrópicas. Além disso, como referido, a ocupação dessa região é a mais antiga do Brasil, inclusive é aceito que a redistribuição de espécies exóticas foi acelerada com o início do colonialismo europeu Lenzner et al., (2022), o que contribui para as alterações nas paisagens em diversos países.

A caracterização das TIs, com destaque para sua área, fase, modalidade e etnias que habitam, constam na Tabela 1. Assim, segundo a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a Reserva Indígena compõe-se das terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos indígenas. Já aquelas tradicionalmente ocupadas são terras habitadas pelos indígenas em caráter permanente, utilizadas para atividades produtivas, culturais, bem-estar e reprodução física, segundo seus usos, costumes e tradições (FUNAI, 2023).

**Tabela 1.** Caracterização das Terras Indígenas na Mesorregião Sul da Bahia.

Nome	Área (ha)	Fase	Modalidade	Etnia
Comexatibá	28077,00	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	Pataxó
Águas Belas	1189,06	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	Pataxó
Barra Velha do Monte Pascoal	52748,00	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	Pataxó
Barra Velha	8627,46	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	Pataxó
Imbiriba	408,34	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	Pataxó
Aldeia Velha	1997,55	Declarada	Tradicionalmente ocupada	Pataxó
Coroa Vermelha	1493,99	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	Pataxó
Mata Medonha	549,62	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	Pataxó
Tupinambá de Belmonte	9521,00	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	Tupinambá
Caramuru/Paraguassu	54105,00	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	Pataxó Há-Há-Há
Tupinambá de Olivença	47376,00	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	Tupinambá
Fazenda Baiana	304,56	Regularizada	Reserva Indígena	Pataxó
<b>Total</b>	<b>206.397,60</b>			

Fonte: Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)

No que se referem as fases de demarcação, as TIs Delimitadas refere-se a fase na qual há a conclusão dos estudos e que estes foram aprovados pela Presidência da FUNAI através de publicação no Diário Oficial da União e do Estado em que se localiza o objeto sob processo de demarcação. Já a TIs Regularizadas é a fase em que há a Funai auxilia a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), como órgão imobiliário da União, a fazer o registro cartorário da área homologada, nos termos do artigo 246, §2º da Lei 6.015/73 (FUNAI, 2023).

Apesar da clareza que ordena as modalidades e fases de regularização, sabe-se que os conflitos no processo de demarcação e registro das TIs são numerosos nessa porção do território brasileiro (SOUZA, 2019; SANTOS, 2021; SILVA, 2022).

## Procedimentos metodológicos

Os dados da série histórica de uso e cobertura das terras foram baixados do Projeto MapBiomas, por meio da plataforma *Google Earth Engine*. Os limites das terras indígenas foram adquiridos da FUNAI.

Após adquiridos os dados do MapBiomas, aplicou-se a técnica, no Sistema de Informação Geográfica QGIS, *r.report* para estatísticas de relatórios para camadas *raster*. Desse modo, obteve-se os dados quantitativos de toda a série histórica em km<sup>2</sup> e que foram manipulados numa planilha de cálculos e elaborados os gráficos para as classes de uso: Mineração, Café, Outras Lavouras Temporárias, Área Urbanizada, Silvicultura, Mosaico de Usos, Pastagem e Outras Lavouras Perenes. As demais classes, consideradas de cobertura das terras, foram descartadas nessa análise.

A espacialização do uso e da cobertura das terras foi realizado por meio de mapas temáticos realizados no QGIS por meio de regras de Semiologia Gráfica e em teorias correlatas (SAMPAIO, 2019). Nesse sentido, a Cartografia Temática é o campo da cartografia que aborda todas as etapas de produção do mapa, objetivando adequar o nível de complexidade ao usuário (SAMPAIO, 2019, p. 21).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

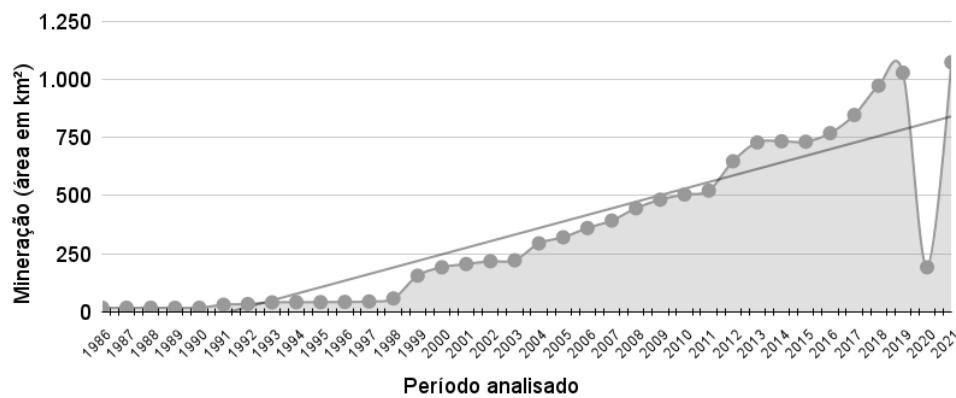
A partir da espacialização das Terras Indígenas localizadas na Mesorregião Sul Baiano, observa-se o predomínio da desconexão geográfica entre terras indígenas com as unidades de conservação (Figura 1). Apesar disso, as TIs Comexatiba, Águas Belas, Barra Velha do Monte Pascoal e Barra Velha estão conectadas. A conexão de terras indígenas é defendida por Santos et al., (2018), pois para os autores, isso dificulta a manutenção de corredores ecológicos e etnoambientais frente à expansão das atividades agropecuárias, para o caso da Amazônia. Isso pode ser aplicado para outras regiões do país.

De modo geral, sobre a dinâmica de ocupação dentro das áreas das TIs, observa-se aumento mais acentuado da classe de uso Mineração (Figura 2), com um recuo acentuado, para o ano de 2020. Côrtes (2019) revelou casos de extração de areia em áreas indígenas na porção sul da Bahia. Para as demais classes de uso, a redução só foi acentuada para a classe Outras Lavouras Temporárias.

## A OCUPAÇÃO NAS TERRAS INDÍGENAS DA MESORREGIÃO SUL BAIANO

A ocupação para atividades minerárias, materializada pela classe Mineração (Figura 2) cresceu em intervalos de tempo em que se destaca os anos de 1998 a 2003; 2003 a 2011; 2011 a 2019. Ademais, a tendência é de aumento continuado. A mineração é recorrente em terras indígenas no Brasil Santos, (2017); Silva, (2023), contudo na Bahia, não se identificou estudos científicos recentes, e os relatos são identificados por reclamações dos povos indígenas para a mídia, num contexto geral de conflitos no campo (AMORIM, 2022; CPT, Bahia).

**Figura 2.** Evolução da área ocupada pela Mineração.

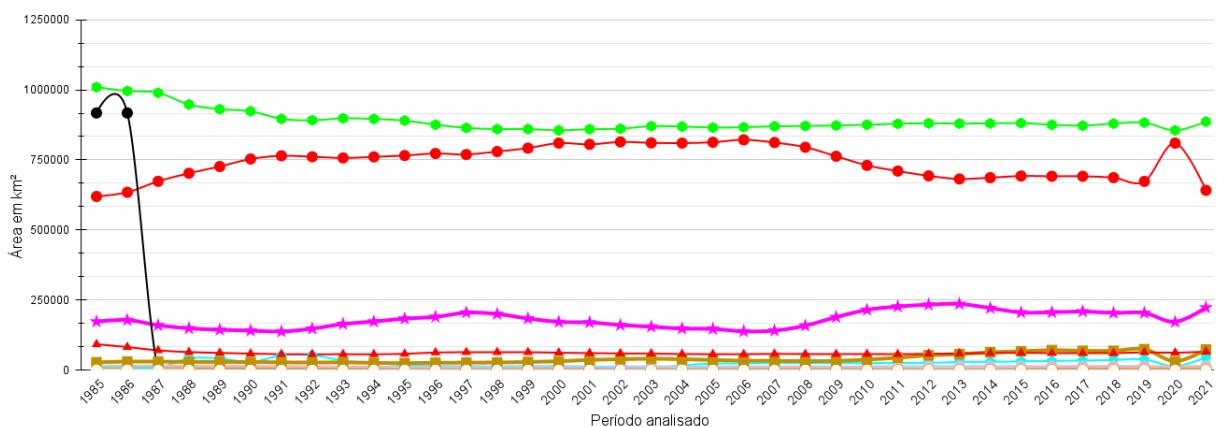


Fonte: Elaboração própria por meio dos dados MapBiomass.

A Figura 3 revela a evolução da área ocupada por todas as classes de uso e também cobertura das terras. Assim, destaca-se o fato de que o aumento da área de pastagem, segunda classe mais expressiva, ocorreu, até o ano de 2006, em função da redução da área de Formação Florestal. Por outro lado, no ano de 2020 o aumento expressivo da área de pastagens continuou a ocorrer quando da redução da área de Formação Florestal, mas também pela redução das áreas Mosaico de Usos, Formação Savânica e Silvicultura. A mudança no uso e cobertura das terras acentua conflitos no campo. Inclusive o aumento da violência no campo expressa avanço do agronegócio, mineração e de outros grandes empreendimentos no estado (AMORIM, 2022).

**Figura 3.** Evolução da área ocupada pelo cultivo de café.

● Mineracao ● Cafee ● Afloramento Rochoso ● Apicum ● Outras Lavouras Temporarias ● Area Urbanizada ● Restinga Arborizada ● Outras Areas nao Vegetadas  
 ● Mangue ● Praia, Duna e Areal ● Rio, Lago e Oceano ● Silvicultura ● Restinga Herbacea ● Outras Formacoes nao Florestais ● Formacao Savanica  
 ● Campo Alagado e Area Pantanosa ● Mosaico de Usos ● Pastagem ● Formacao Florestal ● Nao observado ● Outras Lavouras Perenes

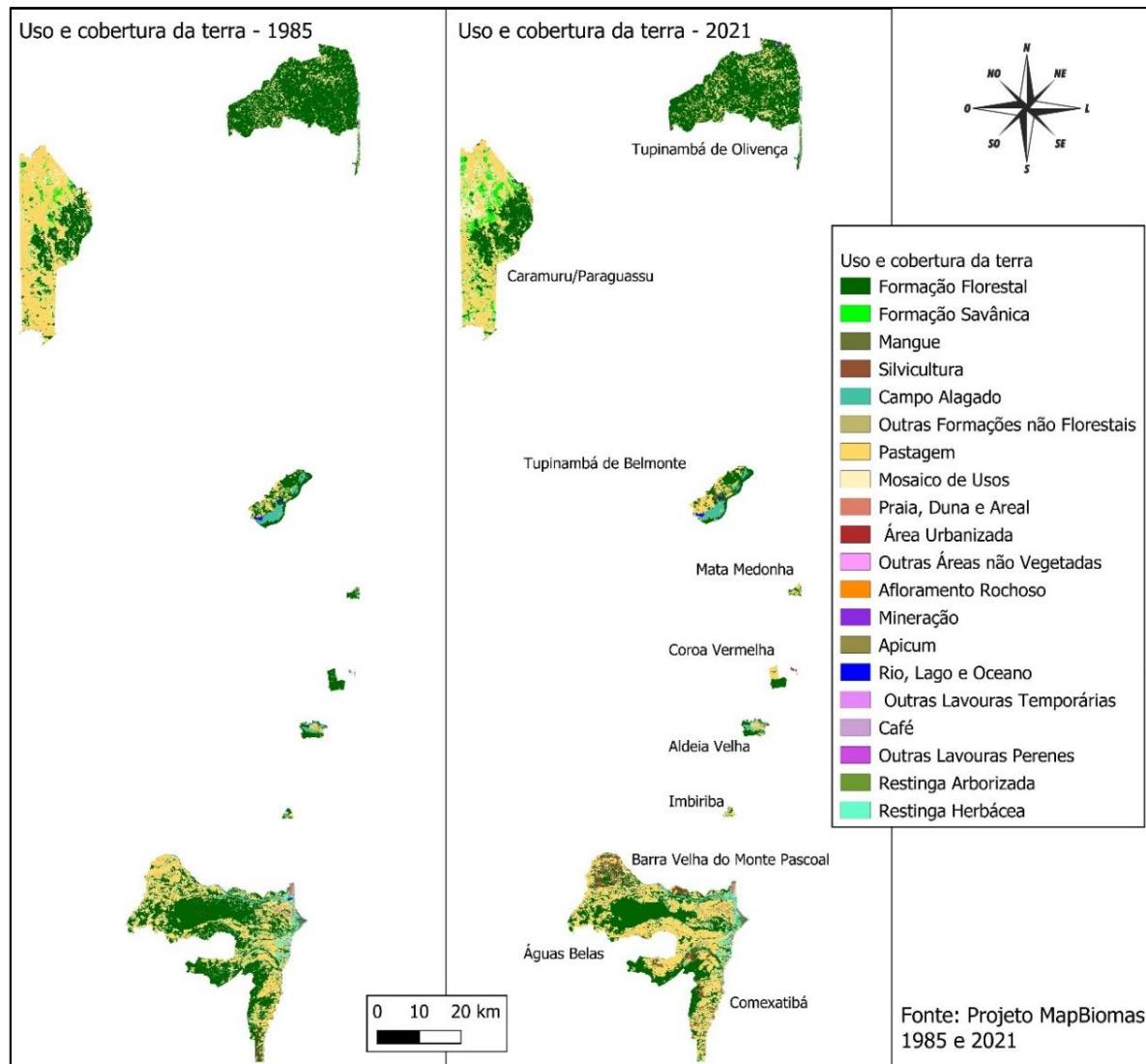


Fonte: Elaboração própria por meio dos dados MapBiomas.

A Figura 3 revela ainda que as pastagens ocupam a maior área entre as classes de ocupação em áreas das terras indígenas na Mesorregião Sul Baiano. Foi a única classe que teve aumento para o ano de 2020, mas seu crescimento oscilou pouco como outras classes de uso ao longo da série histórica.

As figuras 4 e 5 a seguir mostram mais uma vez que as pastagens ocupam a maior área nas terras indígenas na região estudada. A Terra Caramuru/Paraguassu, apresenta um aumento da formação savânica significativo de acordo com a Figura 4. Enquanto a Mata Medonha, Coroa Vermelha, Aldeia velha, Barra velha do Monte Pascoal, Águas belas e Comexatibá e Imbiriba, apresentam um aumento das pastagens no ano de 2021, comparado ao ano de 1985.

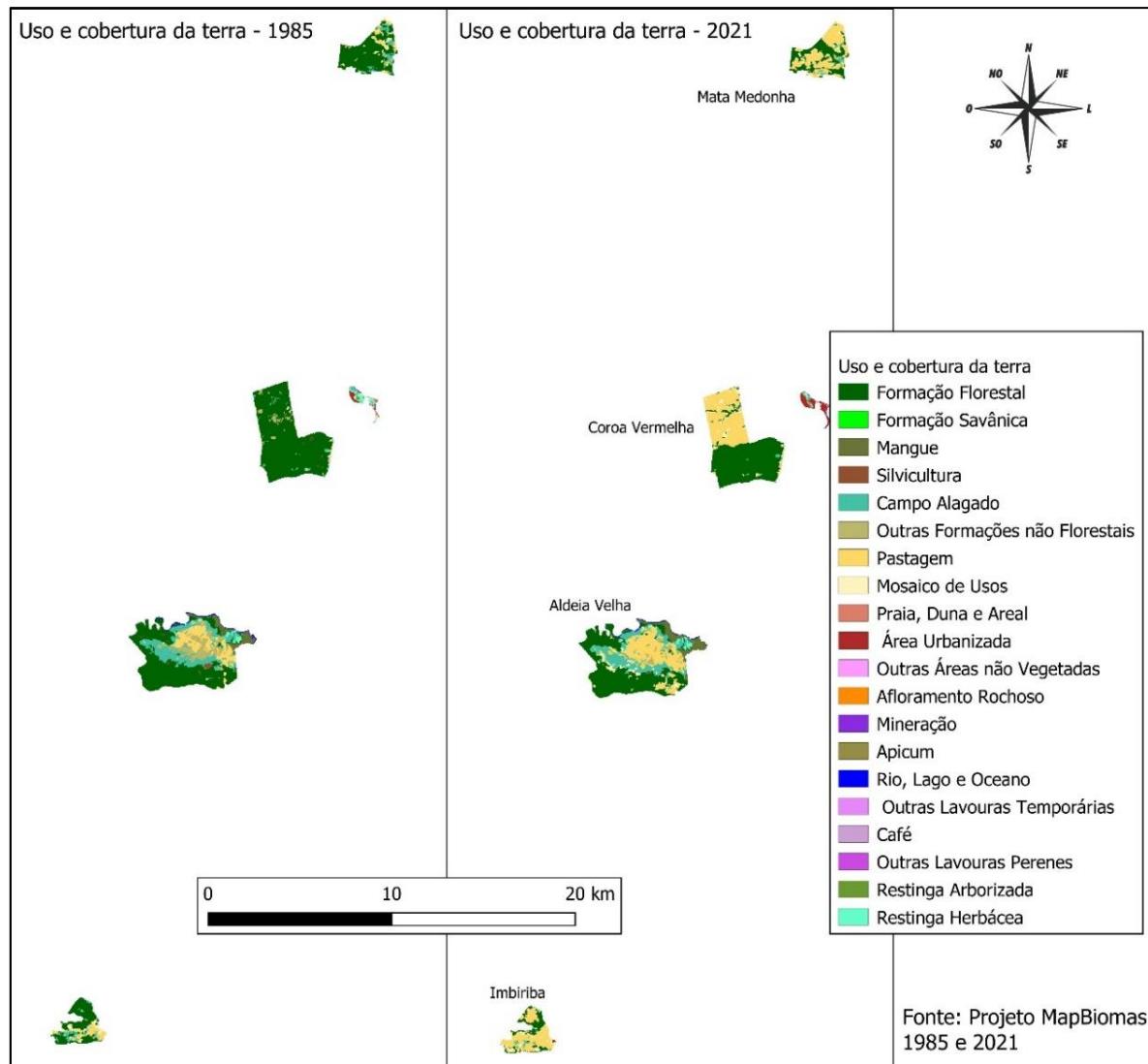
**Figura 4.** Uso e cobertura da terra das Terras Indígenas do Sul Baiano (a)



Fonte : Elaborado pelos autores.

A Figura 5 apresenta as Terras Indígenas em uma outra escala para facilitar a visualização das mudanças ocorridas entre os anos de 1985 e 2021. Assim, observa-se maiores conversões nas Terras Indígenas Mata Medonha, Coroa Vermelha e Imbiriba, também com aumento da área de pastagens. Segundo Sampaio (2011), a área da Terra Indígena Coroa Vermelha é profundamente marcada por intensos processos de expansão econômica regional e de desordenadas urbanização e intrusão da própria Terra.

**Figura 5.** Uso e cobertura da terra das Terras Indígenas do Sul Baiano (b)



Fonte : Elaborado pelos autores.

O aumento da Classe Pastagem, observado em todas as Terras Indígenas, pode ser explicado, em parte pelo, aumento do número de bovinos em todos os municípios onde estas áreas são encontradas. O aumento do rebanho pressiona para formação de mais áreas de pastagens nestes municípios, isso preciona para o desmatamento. Inclusive, segundo Guimarães et al. (2023), o número médio de cabeças de gado foi um dos fatores condicionantes e que apresentaram a maior relação com o desmatamento na Mata Atlântica (GUIMARÃES et al., 2023).

Desse modo, os municípios de Itamaraju, onde se localiza parte da área da TI Barra Velha do Monte Pascoal, Itaju do Colônia, onde se localiza a TI Caramuru/Paraguassu se destacam por crescimento exponencial do rebanho bovino no período de estudo. Inclusive, o município Itaju do Colônia se localiza em área de influência de diversos frigoríficos.

Associado às transformações nas paisagens é possível avaliar seus impactos por meio da análise da violência pelos conflitos de uso. Desse modo, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), publicou em 2022 o relatório de violências contra os povos indígenas no Brasil, que retrata a problemática invasão das terras indígenas e a violência vivenciada no ano de 2021, no qual obteve um aumento de invasões, explorações ilegais de recursos, danos ao patrimônio ao meio ambiente.

Um dos estudos mais recentes (BENZEEV et al., 2023), realizado em 129 terras indígenas na Mata Atlântica do Brasil de 1985 a 2019, mostrou que os recursos florestais em terras indígenas melhoraram após a titulação em comparação com a pré-titulação e que os recursos florestais melhoraram em terras com titulação em comparação com as sem a titulação pelo poder público. Além disso, a pesquisa mostrou que a posse formalizada, em vez da posse incompleta, era necessária para melhorar dos recursos florestais (BENZEEV et al., 2023).

O CIMI listou 118 registros de conflitos aos direitos territoriais no ano de 2021, sendo que um desses registros aconteceu no estado da Bahia (CIMI, 2022, p.73). Assim, o relatório revela conflitos na Terra Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu. Este conflito foi repudiado pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia (SJDHDS), que acompanhou o caso.

De modo geral, os conflitos identificados nas terras indígenas localizadas no estado da Bahia estão relacionados a posse da terra. Assim, Silva (2022, p. 6), revela os conflitos devido a expansão das atividades turísticas em áreas da TI Tupinambá de Olivença e ‘documenta a complacência das autoridades municipais, estaduais e federais quanto aos interesses do setor do turismo em detrimento dos direitos territoriais indígenas, conforme podemos acompanhar na sequência do referido ofício’.

A luta pelo reconhecimento da cidadania plena de indivíduos indígenas frente ao estado não tem fim. Pode-se perceber a tentativa de garantir as suas identidades, que elas não lhe sejam negadas, e que não seja preciso comprová-las, uma vez que já vem escrito no registro civil (SOUZA, 2019). Os povos Tupinambá Pataxó e Pataxó Hâhâhâ vêm contruindo para significativos processos de organização política, reconquistando territórios através das retomadas de terras e de ganhos na esfera política através de suas próprias organizações (SOUZA, 2019).

Todo o cenário presente na contemporaneidade, decorre das ideias dominantes que ainda persistem no estado e na sociedade brasileira, devido aos efeitos duradouros do colonialismo e do capitalismo que são claramente visíveis nos debates em torno das demarcações territoriais indígenas e no declínio da qualidade ambiental do país.

No contexto das tomadas de decisão, as pressões mais significativas vêm da câmara e do senado, de um grupo de políticos que deveria zelar pelos direitos legais dos povos indígenas (SANTOS, 2014). Conforme destaca Santos (2014), são evidentes os ataques direcionados aos direitos e garantias legais, especialmente no que diz respeito à demarcação das terras indígenas, um modelo assegurado pelo artigo 231 da Constituição Federal de 1988.

Isso revela a manutenção do fenômeno da “injustiça fundiária” foi amplamente estudada na sua gênese no Brasil em um processo contraditório (CÔRTES, 2019). Assim, em muitas áreas os fazendeiros, empresas e por vezes pequenos agricultores não indígenas optam por entrar com ações possessórias, onde o rito especial pode tornar mais rápido o processo e expulsão e despejo dos indígenas como veremos (CÔRTES, 2019).

Desta forma, as violências no contexto colonial formaram a realidade brasileira nos dias atuais, com exploração de corpos e recursos naturais, no qual a destruição da cultura indígena são produzidos diariamente juntamente com os seus territórios (SOUZA, 2019).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho atualiza a análise sobre os usos e coberturas das terras nas áreas das Terras Indígenas localizadas na Meso-região Sul Baiano, que parte da coincide com a Costa do Descobrimento. Além disso, observou-se que esse estudo traz contribuições inéditas para análise das áreas, dentre as quais a Terra Indígena Imbiriba que teve sua área de remanescente de Mata Atlântica praticamente suprimida no período considerado.

Assim, ao discutir usos e coberturas das terras em áreas de terras indígenas evidencia que o Brasil não superou os conflitos pela demarcação das terras indígenas. Esse cenário é mais complexo devido as investidas do legislativo, que se materializa em ideias conspiratórias calcado no discurso que promove violência contra os povos indígenas no Brasil.

Portanto, todo o cenário exposto subsidia uma discussão sobre os conflitos em torno da demarcação de terras indígenas no Brasil. Ele toca em questões estruturais que envolvem tanto o uso e cobertura dessas terras quanto as ações de forças legislativas que intensificam a violência simbólica e material contra os povos indígenas.

A aceitação de usos das terras realizados por não indígenas em áreas demarcadas ou em demarcação contribui para perpetuar um discurso que polariza a sociedade e impede um debate racional e justo sobre os direitos indígenas. Portanto, análises dessa natureza devem ser frequentes de modo a promover um debate sustentado por dados e informações amplamente utilizados em diversas pesquisas científicas.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Pedro Henrique Cordeiro; LIMA, Eduarda Silva; VELOSO, Gabriel Alves. Dinâmica do desmatamento na Terra Indígena Apyterewa mediante a aplicação de técnicas de sensoriamento remoto. **Boletim Paranaense de Geociências**, v. 80, n. 1, 2022.

AMORIM, Gabriela. Bahia está em terceiro lugar no número de ocorrências de conflitos no campo. Brasil de Fato, 2022. Disponível em : <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/09/bahia-esta-em-terceiro-lugar-no-numero-de-ocorrencias-de-conflitos-no-campo>. Acesso em : 11 de set. 2023.

AMORIM, Raul Reis; DE OLIVEIRA, Regina Célia. Zoneamento ambiental, subsídio ao planejamento no uso e ocupação das terras da Costa do Descobrimento. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 12, n. 29, p. 211-231, 2013.

BARBOSA, Rodney Alves et al. Expansão da monocultura de eucalipto das indústrias de papel e celulose: uma arena de conflitos ambientais. **Polêm!ca**, v. 19, n. 1, p. 069-090, 2019.

BENZEEV, Rayna et al. Formalizing tenure of Indigenous lands improved forest outcomes in the Atlantic Forest of Brazil. **PNAS nexus**, v. 2, n. 1, p. pgac287, 2023.

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves. **Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia**. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves. Três décadas de eucalipto no extremo sul da Bahia. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 16, n. 2, p. 55-68, 2012.

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves. Construção geográfica do extremo sul da Bahia. **Revista de Geografia, UFPE**, vol. 1, p. 246-263, 2013.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário: Violência contra os povos indígenas no Brasil. Dados de 2022. Disponível em: [cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf](https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf). Acesso em 11 de set. 2023

CPT Bahia. Os ataques contra o povo pataxó no extremo sul da Bahia, 2023. Disponível em : <https://cptba.org.br/os-ataques-contra-o-povo-pataxo-no-extremo-sul-da-bahia/>. Acesso em : 11 de set. 2023.

CÔRTES, Sara da Nova. A atuação do poder judiciário em conflitos por terras indígenas na Bahia: um estudo das ações possessórias contra comunidades indígenas na Bahia–Brasil. **Revista del CESLA**, n. 23, p. 235-254, 2019.

DOURADO, Maiara ; MIOTTO, Tiago. **Alvo de violência, povo Pataxó cobra demarcação e presença do governo federal no extremo sul da Bahia**. Conselho Indigenista Missionário, 2023. Disponível em : <https://cimi.org.br/2023/02/violencia-pataxo-demarcacao-governo-federal/>. Acesso em : 13 de dez. 2024.

ERTHAL, Daniele Arndt et al. Dinâmica da Cobertura Florestal da Terra Indígena do Guarita, RS, Brasil (Dynamics of the forest cover of Guarita indigenous land, RS, Brazil). **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 11, n. 6, p. 2160-2172, 2018.

FERREIRA, Patricia Silva; SILVA, Charlei Aparecido. A dinâmica de uso da terra em Terras Indígenas e Unidades de Conservação na fronteira de Antônio João-MS e Paraguai. **Entre-Lugar**, v. 14, n. 27, p. 132-145, 2023.

FIGUEIREDO, Beatriz L. et al. Climate, sea-level, and anthropogenic influences on coastal vegetation of the southern Bahia, Northeastern Brazil, during the mid-late Holocene. **Geomorphology**, v. 394, p. 107967, 2021.

FUNAI. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. 2023. **Demarcação**. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>>. Acesso em: 14 de abril de 2023.

GUIMARÃES, Patrick de Oliveira, SANTOS, Alex Mota dos ; SILVA, Carlos Fabrício Assunção ; RUDKE, Anderson Paulo ; NUNES, Fabrizia Gioppo ; LISBOA, Gerson dos Santos ; FERNANDES, Mariana de Souza. Spatial analysis of deforestation factors in the Atlantic Forest Biome/Brazil. **Revista GEOgrafias**, v.19, n.1, jan./jun.2023.

KAWAKUBO, Fernando Shinji et al. Caracterização atual do uso da terra e da cobertura vegetal na região da Terra Indígena Sangradouro/Volta Grande-Mato Grosso, Brasil. **Investigaciones geográficas**, n. 53, p. 27-38, 2004.

LENZNER, Bernd et al. Naturalized alien floras still carry the legacy of European colonialism. **Nature Ecology & Evolution**, v. 6, n. 11, p. 1723-1732, 2022.

MALINA, Léa Lameirinhas. **A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia**. 2013. 359 f. (Tese de Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2013.

MALTA, Ramon Alves; DA SILVA BARCELOS, Eduardo Alvares. Territorialidades negras e a colonialidade do setor turístico-imobiliário no Baixo Sul da Bahia. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 762-804, 2020.

MORAIS, Hugo Arruda et al. A negação dos povos indígenas no processo de formação histórico-territorial do Brasil: Um passado colonial amarrado ao presente. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 5, n. 2, 2023.

MOREIRA, Ruy. Sociedade e espaço no Brasil (as fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). **Boletim paulista de geografia**, n. 83, p. 7-32, 2005.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. In: FRAGOSO, João; GOUVÉA, Maria de Fátima (org.). **O Brasil Colonial**. Vol. 1: 1443-1580. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 167-228.

OLIVEIRA, Lavínia Fragas de. Turismo e segregação socioespacial: o caso de Porto Seguro-Bahia. **Geopauta**, v. 6, p. e10665, 2022.

PARANÁ, Edemilson. Economia e racionalidade: a questão da técnica em Karl Marx e Max Weber. **Lutas sociais**, v. 21, n. 39, p. 21-35, 2017.

PINTO, L. P.; HIROTA, M. M. **30 anos de Conservação do Hotspot de Biodiversidade da Mata Atlântica:** desafios, avanços e um olhar para o futuro. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 2022.

RIBEIRO, M. C. et al. The Brazilian Atlantic Forest: how much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation. **Biological Conservation**, v. 142, n. 6, p. 1141-1153, jun. 2009.

SAMPAIO, Tony Vinícius Moreira. **Cartografia temática.** Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFPR, 2019.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. " SOB O SIGNO DA CRUZ" Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Pataxó da Coroa Vermelha. **Cadernos do LEME**, v. 2, n. 1, 2011.

SANTOS, Alex Mota dos. **Cartografias dos povos e das terras indígenas em Rondônia.** 2014. 314 f. (Tese de Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, 2014.

SANTOS, Alex Mota; GOMIDE, Maria Lúcia Cereda. A ocupação no entorno das terras indígenas em Rondônia, Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 35, n. 3, p. 417-436, 2015.

SANTOS, Alex Mota dos. Choques de territorialidades nas terras indígenas de Goiás/Brasil. **Revista Territorial**, v. 5, n. 1, p. 50-64, 2016.

SANTOS, Alex Mota dos. Conflitos sobre as terras indígenas de Rondônia. In: PINHEIRO, Zairo; BARBOZA, José Joaci; SANTOS, Alex Mota dos (Orgs.). **Tradições Reinventadas**. 1<sup>a</sup> Ed. Porto Velho: Temática, 2017, p. 147-169.

SANTOS, Fabricio Lyrio. Rupturas e permanências nas povoações indígenas da Bahia: o Diretório pombalino (1758-1798). **Sæculum–Revista de História**, v. 26, n. 44, p. 374-387, 2021.

SANTOS, Alex Mota et al. Proposta de um corredor ecológico entre as terras indígenas Rio Omerê e rio Tanaru-Rondônia. **Revista Geográfica Acadêmica**, v. 12, n. 1, p. 62-75, 2018.

SANTOS, Marlei Angela Ribeiro; WENCZENOVICZ, Thaís Janaina; LINHARES, Émelyn. Territórios indígenas e conflitos: violação dos direitos originários. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, v. 8, n. 2, 2023.

SILVA, Ayalla Oliveira. Trajetória histórica e protagonismos dos tupinambás no sul da Bahia: da territorialização ao atual processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, séculos XVII ao XXI. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas-Campiô**, v. 1, n. 2, p. 5-25, 2022.

SILVA, Carlos Fabricio Assunção. **Análise espacial dos impactos ambientais gerados por estradas oficiais e não oficiais nas terras indígenas do Bioma Amazônia.** 139 f. (Tese de doutorado) – Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal de Pernambuco, 2023.

SOUZA, Jurema Machado de Andrade. **Os pataxó Hâhâhâi e as narrativas de luta por terra e parentes, no sul da Bahia.** 370 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília, 2019. 370. p.

VIEIRA, Salete; BENEVIDES, Clícia Maria Jesus; SÁ, Natália Silva Coimbra. Turismo em comunidades tradicionais da Bahia: desafios e perspectivas. **Turismo e Sociedade**, v. 14, n. 3, 2021.

Submetido em: 19 de setembro de 2023

Aprovado em: 6 de maio de 2025

Publicado em: 30 dezembro de 2025